



XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 5 – Política e Economia da Informação

EDUCAÇÃO EM INFORMAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

INFORMATION EDUCATION IN BRAZILIAN PUBLIC POLICIES

Jussara Borges – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Daniela Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Renata Farias Machado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este artigo parte da pergunta de pesquisa: como as políticas públicas brasileiras têm abordado a educação em informação nos últimos 17 anos? Para tanto, analisou-se 13 políticas públicas de informação executadas no período mencionado com o intuito de identificar como tais políticas abordaram a educação em informação. Adotou-se como abordagem metodológica a pesquisa descritiva exploratória, de natureza qualitativa. O método utilizado foi uma pesquisa documental em políticas públicas. Verificou-se que estes documentos contemplam questões direcionadas à regulação, à produção e ao uso da informação. Além disso, as políticas públicas analisadas enfatizam a necessidade de medidas que garantam a universalização do acesso à internet, reconhecendo a desigualdade que isso gera nas condições de conectividade entre os brasileiros e os impactos no uso de serviços públicos, na competitividade nacional e na segurança. Contudo, os resultados mostram que a educação em informação ainda é incipiente, aparecendo com mais clareza, ainda que com outra nomenclatura, somente na Estratégia Brasileira de Educação Midiática, de 2023. Além disso, percebe-se também lacunas na abordagem da competência em comunicação, entendida como a capacidade de estabelecer diálogo e se relacionar, algo ainda mais imprescindível no contexto atual marcado pelo fenômeno da desinformação.

Palavras-chave: educação em informação; políticas públicas; políticas de informação.

Abstract: This article is based on the research question: how have Brazilian public policies addressed information education in the last 17 years? To this end, 13 public information policies implemented in the mentioned period were analyzed with the aim of identifying how such policies addressed information education. The methodological approach adopted was descriptive exploratory research of a qualitative nature. The method used was documentary research on public policies. It was found that these documents address issues directed at the regulation, production and use of information. Furthermore, the public policies analyzed emphasize the need for measures that guarantee universal access to the internet, recognizing the inequality that this generates in the conditions of connectivity between Brazilians and the impacts on the use of public services, national competitiveness and security. However, the results show that information education is still in its infancy, appearing more clearly, albeit with a different nomenclature, only in the Brazilian Media Education Strategy of 2023.

Furthermore, gaps can also be seen in the approach to communication competence, understood as the ability to establish dialogue and relate, something even more essential in the current context marked by the phenomenon of disinformation.

Keywords: information education ; public policies ; information policies.

1 INTRODUÇÃO

A educação em informação é um caminho necessário para fazer frente a fenômenos como a desinformação, mas também é uma formação imprescindível à participação cívica e social. No esteio da defesa dessa educação, o poder público, as organizações da sociedade civil, as universidades e as empresas vêm promovendo iniciativas que podem ter nomenclaturas diversas – competência em informação, educação midiática etc. – mas que têm em comum a formação de sujeitos para uma relação consciente com os conteúdos que circulam em diversas mídias. Em uma definição preliminar, podemos entender a educação em informação como uma ação formativa na qual os sujeitos são estimulados a refletir sobre sua relação com os conteúdos e com as pessoas com as quais produzem e compartilham tais conteúdos (Borges; Brandão; Barros, 2022). O objetivo é que essa reflexão leve a uma postura mais ativa e consciente perante o cenário infocomunicacional.

A respeito das ações em curso no Brasil, elas ainda não se consolidaram em termos de políticas públicas efetivadas. De acordo com Franco (2021), as políticas públicas caracterizam-se pela convergência de princípios, critérios e ações que promovam a gestão do Estado na resolução de problemas nacionais. Por isso, é fundamental que as iniciativas locais e pontuais hoje existentes avancem para políticas públicas que alcancem amplas parcelas da população, a exemplo do que já vem ocorrendo em outros países, como a Finlândia¹.

A recente promulgação da Estratégia Brasileira de Educação Midiática (Brasil, 2023d) coloca-a como uma política promissora em direção à educação em informação, mas são necessários estudos para analisá-la, assim como sua implementação. Além disso, nos últimos 17 anos, outras políticas públicas nacionais se dedicaram a ações no âmbito da informação.

Uma política de informação é composta por um conjunto de diretrizes que irão nortear a sua elaboração e implementação para regulação, produção e uso da informação (Melo; Batista, 2023). Contudo, será que essas políticas direcionaram alguma atenção à educação em

¹ Disponível em: <https://www.fundacaotelefonicaoivo.org.br/noticias/como-a-finlandia-esta-usando-as-escolas-para-combater-fake-news/>. Acesso em: 13 jun. 2024.

informação no Brasil? Assim, o problema desta investigação é identificar como as políticas públicas brasileiras têm abordado a educação em informação nos últimos 17 anos.

Para responder ao problema, foram identificadas e selecionadas 13 políticas públicas que tratam da informação e dialogam com o objetivo da pesquisa. A seção seguinte explica com mais detalhes os procedimentos metodológicos adotados.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo é do tipo descritivo e exploratório, de natureza qualitativa, que elege a técnica da pesquisa documental. A análise do material coletado seguiu um processo minucioso que envolveu as fases de seleção, pré-análise, exploração do conteúdo e tratamento dos resultados.

Em nosso estudo, a análise documental foi aplicada em documentos oficiais que contemplam políticas públicas direcionadas à regulação, à produção ou ao uso da informação. Para tanto, aproveitou-se o levantamento de políticas públicas de informação realizado por Franco (2021) que elencou políticas promulgadas entre 2007 e 2020; e acrescentou-se as políticas mais recentes: o Programa Escolas Conectadas da Educação Digital, a Estratégia Brasileira de Educação Midiática e o Plano Plurianual 2024-2027. As referências selecionadas para a análise foram as indicadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Políticas públicas de informação analisadas

Política	Ano	Órgão responsável
Programa Novo Mais Educação	2007	Ministério da Educação (MEC)
Projeto de Implantação e Manutenção das Cidades Digitais	2011	Ministério das Comunicações (MCom)
Redes Digitais da Cidadania	2012	MCom
Marco Civil da Internet	2014	ANATEL; CGI.br
Amazônia Conectada	2015	Ministério da Defesa (MD); MCom; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Ministério das Comunicações, a Telecomunicações Brasileiras S.A (Telebras)
Programa de Inovação Educação Conectada	2017	MEC; MCTI; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)
Sistema Nacional para a Transformação Digital	2018	MCTI
Política Nacional de Telecomunicações (substitui o Programa Brasil Inteligente)	2018	MCTI

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

Novo Marco Legal das Telecomunicações	2019	ANATEL MCTI
Estratégia Brasileira para Transformação Digital (E-Digital) - 2022-2026	2022	MCTI
Programa Escolas Conectadas da Educação Digital	2023	MCom; MEC
Estratégia Brasileira de Educação Midiática	2023	SECOM/MEC
Plano Plurianual 2024-2027 do governo federal	2023	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Fonte: adaptado de Franco (2021).

Após a fase de pré-análise para confirmar a aderência dos materiais reunidos, avançou-se para a busca. O critério adotado foi selecionar as palavras “informação”, “comunicação” e “crítica”, utilizando os seus radicais informa*, comunica*, critic*. Na segunda etapa, verificou-se se tais expressões detinham alguma conexão com os conceitos relacionados à educação em informação: competência em informação, competência em comunicação ou pensamento crítico. Na terceira etapa, os trechos dos documentos foram selecionados e analisados para identificar sua aderência à educação em informação. Essa aderência foi aferida a partir da compreensão de educação em informação, conforme explicitada na próxima seção; portanto, mais que buscar termos, procurou-se compreender os conceitos por trás deles.

Após a exploração do material por meio do exame do conteúdo, o passo seguinte foi tratar os resultados por cada política e pelo conjunto delas e inferir os achados gerais. Na seção seguinte, apresenta-se o referencial teórico que embasa a análise dos resultados.

3 EDUCAÇÃO EM INFORMAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Embora o esteio de desenvolvimento dos conceitos de *information literacy* e *media literacy* tenha sido forjado por áreas diferentes - Ciência da Informação e Comunicação, respectivamente, - a concepção por trás dos termos convergiu para uma compreensão similar. A *information literacy* relaciona-se à capacidade de identificar que determinada situação pode ser solucionada com informação, no sentido de saber onde buscá-la, identificar o que é relevante e pertinente, analisar a veracidade e aplicá-la para resolver a situação que deu origem ao processo (Borges; Brandão; Barros, 2022). Já a *media literacy* pode ser definida nas palavras de Hobbs (2019, p. 1, tradução nossa):

A *media literacy* é amplamente entendida como o conhecimento, as competências e as habilidades necessárias para participar na sociedade contemporânea, através do acesso, análise, avaliação e criação de mensagens midiáticas numa ampla variedade de formas. A *media literacy*

pode ser entendida como o resultado da prática da *media literacy* na educação².

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que congrega pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, percebeu tal convergência e passou a trabalhar, desde 2011, com a noção de alfabetização midiática e informacional (Wilson *et al.*, 2011). Contudo, ainda não há consenso entre os pesquisadores quanto à expressão que melhor nomeia o conceito. É comum encontrar trabalhos que se referem à educação midiática, letramento informacional ou alfabetização informacional (para citar apenas três) com compreensões bastante similares.

Outro ponto em comum entre a *media literacy* e a *information literacy* é que, embora costumem mencionar a competência em comunicação, ela precisa ser mais explorada em ambas as teorias. A competência em comunicação diz respeito à capacidade de escutar, compreender, formular ou reformular um argumento e buscar construir um sentido compartilhado. Portanto, o foco da competência em comunicação não está na relação com o conteúdo, mas nas relações entre as pessoas (Borges, 2018). Jolls (2015, p. 68, tradução nossa) é um dos poucos autores que destaca a competência em comunicação como central da *media literacy*:

Ter competência midiática, especialmente ser capaz de utilizar um processo consistente de investigação que é internalizado, melhora a capacidade de comunicar e partilhar ideias através de um vocabulário comum que transcende áreas temáticas, bem como fronteiras geográficas³.

Vale observar que no marco europeu de referência para as competências-chave de aprendizagem permanente, aparece a competência cívica e social, que tem uma compreensão muito próxima à competência em comunicação:

Resolução dos conflitos de forma pacífica e dialogada; interação de forma enriquecedora sobre uma base de 'igual a igual' ou em grupos, em contextos familiares, sociais, de trabalho, institucionais, de lazer, de intimidade⁴ (Valle; Manso, 2013. p. 25)

² Tradução livre de: "Media literacy is widely understood as the knowledge, competencies, and life skills needed to participate in contemporary society by accessing, analyzing, evaluating, and creating media messages in a wide variety of forms. Media literacy can be understood as the outcome of the practice of media literacy education."

³ Tradução livre de: "Having media literacy skills, especially being able to use a consistent process of inquiry that is internalized, enhances the ability to communicate and to share ideas through a common vocabulary that transcends subject areas as well as geographic boundaries."

⁴ Tradução livre de: "Resolución de los conflictos de forma pacífica y dialogada; interacción de forma enriquecedora sobre una base 'de igual a igual' o en grupos, en contextos familiares, sociales, de trabajo, institucionales, de ocio, de intimidad."

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

Em um contexto caracterizado pelo discurso de ódio, pela polarização de opiniões e, portanto, pela dificuldade de comunicação, a competência em comunicação deveria ter mais espaço, não só nas pesquisas, como nas práticas e políticas públicas. O discurso de ódio é apenas uma das manifestações de um fenômeno maior conhecido por desinformação.

A desinformação designa desde informações deliberadamente construídas para enganar (*disinformation*) até aquelas sem essa intencionalidade, mas que acabam por fazê-lo (*misinformation*) (Fallis, 2015). Outra manifestação dessa desordem informacional ficou evidente durante a pandemia da Covid-19: em um contexto no qual as pessoas estavam ávidas por informação a respeito da doença, circularam muitos conteúdos falsos, falácias e engodos de toda a natureza, misturados com informações corretas e genuínas. Isso caracteriza a infodemia: quando a grande proliferação de informações pertinentes misturadas às incorretas dificulta a identificação da verdade (Sánchez-Reina; González-Lara, 2022).

Assim, em um contexto de mídias pervasivas, estabelecer um uso consciente, crítico e saudável dos conteúdos, bem como nutrir relações humanas respeitadas e colaborativas são cruciais para a vida em sociedade. No Brasil, há uma série de termos relacionados ao conceito, a exemplo de educação midiática, alfabetização informacional, competência em informação, entre outros. Reconhecemos que cada termo lança luz ou destaca um ou outro aspecto - e todos são válidos -, tendo em comum a competência de lidar com conteúdo e com outras pessoas através das tecnologias digitais.

Neste trabalho, adotamos a expressão educação em informação como o processo formativo no qual as pessoas desenvolvem competências em informação e em comunicação a partir de uma abordagem crítica (Borges; Brandão; Barros, 2022). Portanto, a educação em informação engloba todos os demais conceitos, ao tempo em que destaca a criticidade. Nosso sentido de criticidade alinha-se com a proposta de Buckingham (2022, p. 125), que adota o termo educação midiática:

A educação midiática almeja um uso crítico e consciente dos meios de comunicação, e deve nos permitir não apenas entender como a mídia funciona, ou lidar com um mundo intensamente mediado, mas também imaginar como as coisas podem ser diferentes. A educação midiática busca promover o entendimento crítico, mas o entendimento crítico também deve levar à ação.

Para Valverde-Berrocozo, González-Fernández e Acevedo-Borrega (2022), o pensamento crítico faz frente ao pensamento irreflexivo ou passivo. Ao se educar a partir dessa abordagem, a proposta é fomentar um juízo intencional e autorregulador que leve à

interpretação, à avaliação e à inferência. Portanto, incentiva o aspecto atitudinal das competências, pois propõe analisar não apenas o conteúdo, como o próprio comportamento e emoções suscitadas a partir dos conteúdos.

Assim, ao focar o aspecto atitudinal das competências sob uma abordagem crítica de educação, os aprendizes devem ser incentivados a avaliar suas motivações sociais ao buscar, produzir, interagir e/ou disseminar conteúdos e a autocorrigir suas próprias atitudes quando se dão conta de que não são benéficas para si e para os outros. Essa capacidade de pensar em si e no coletivo é essencial, sobretudo, para a construção de sociedades mais justas e fraternas.

Diversas iniciativas de promoção da educação em informação vêm se desenvolvendo ao redor do mundo. Entretanto, enquanto essas experiências e conhecimentos não se consolidarem em termos de uma política de Estado serão apenas iniciativas pontuais que atingem uma parcela da população. Como diz Morduchowicz (2009, p. 138, tradução nossa): “A ideia, quando a educação para os meios forma parte de uma política pública, é superar os voluntarismos individuais e converter estes esforços particulares em um compromisso de Estado.”⁵ As políticas públicas são teoricamente definidas por sua institucionalidade: “[...] a política é elaborada ou decidida por autoridade formal legalmente constituída no âmbito da sua competência e é coletivamente vinculante” (Saraiva, 2006, p. 31).

Por outro lado, há necessidade de uma visão multicêntrica, pois, além dos órgãos estatais, também devem ser consideradas as organizações privadas e não governamentais. Conforme Secchi, Coelho e Pires (2019), há dois elementos fundamentais que impulsionam a formulação de uma política pública: a intencionalidade pública e a resposta a um problema público. A intencionalidade se refere ao motivo para o estabelecimento da política, e a resposta é a concretização de objetivos socialmente relevantes. Nesse sentido, são estratégias desenvolvidas pelo Estado com a finalidade de cumprir com as suas atribuições, garantindo direitos à população. Sob uma ótica normativa, o papel do Estado é essencial para fortalecer as políticas. Contudo, grupos de interesses, tais como os educadores, profissionais da informação e da comunicação também podem atuar de maneira colaborativa para a formulação de políticas públicas.

⁵ Tradução livre de: “La idea, cuando la educación para los medios forma parte de una política pública, es superar los voluntarismos individuales y convertir estos esfuerzos particulares en un compromiso de Estado”.

As políticas de informação são "[...] resultantes de fenômenos socioculturais, exercidos pela sociedade e, de um modo geral, com a ideia de controle e regulação dos fluxos de informação" (Santos; Freire, 2020, p. 135). Nesse sentido, compreende-se que as políticas de informação asseguram a criação e implementação de diretrizes e normas e, com a colaboração de diversos grupos de interesse, podem promover um ambiente informacional saudável a longo prazo.

No Brasil, com o novo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado em 2023, a pauta da educação midiática retornou à discussão e levou à criação de um Departamento de Direitos na Rede e Educação Midiática na Secretaria de Políticas Digitais, como parte da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), que tem entre seus objetivos desenvolver políticas públicas nesse sentido.

Essa movimentação ocorreu porque durante a transição de governo, em 2022, especialistas e representantes da sociedade civil reivindicaram a criação de uma instância no governo federal para formular e coordenar políticas públicas relacionadas à promoção de um ambiente digital saudável. A política resultante dessa iniciativa é um dos documentos públicos analisados, cujos resultados são apresentados na próxima seção.

4 RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados a partir da análise de conteúdo, conforme explicitado na seção de procedimentos metodológicos. Apenas três dentre as 13 políticas analisadas apresentaram o conceito de educação em informação no seu conteúdo: o Programa de Inovação Educação Conectada (Brasil, 2017b); a Estratégia Brasileira para Transformação Digital (E-Digital) (Brasil, 2018), ainda que de forma tangencial; e a Estratégia Brasileira de Educação Midiática (Brasil, 2023d), que o contempla de forma mais evidente, embora utilizando a expressão “educação midiática” em detrimento de “educação em informação”.

A ausência da educação em informação nas demais 10 políticas, contudo, também representa um resultado relevante. Por isso, elas permaneceram na análise, de forma a elucidar o foco e direcionamento de cada uma das políticas.

O novo Marco Legal das Telecomunicações, por exemplo, tem o objetivo de democratizar o acesso e o uso de redes e serviços de telecomunicações de qualidade para toda a população, e trata do fortalecimento do papel regulador do Estado. Ele foi criado a

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

partir da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre os serviços de telecomunicações. Em relação à educação, a lei de 1997 propõe “[...] criar condições para ampliação da conectividade e da inclusão digital, priorizando a cobertura de estabelecimentos públicos de ensino” (Brasil, 1997, inciso 7). O conceito de inclusão digital está, portanto, relacionado à ampliação e à qualidade da conectividade.

Já a Política Nacional de Telecomunicações diz respeito à ampliação da conectividade com banda larga (fixa e móvel), enfatizando a importância da qualidade e da velocidade, considerando as desigualdades sociais e regionais, com foco em infraestrutura e segurança. Destaca entre os públicos prioritários, as universidades, centros de pesquisa, escolas e telecentros comunitários.

O objetivo geral do programa Redes Digitais da Cidadania, por sua vez, demonstra a preocupação com a qualificação do uso da internet, embora a prioridade seja “[...] qualificar o uso da internet e ampliar as capacidades no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC dos públicos das políticas sociais do Governo Federal, definidas nos Programas Temáticos do Plano Plurianual 2012-2015” (Brasil, 2012, artigo I). Assim, a política de inclusão digital se refere apenas ao acesso à internet. O documento ressalta também a importância de reduzir as desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais e de gênero no Brasil, e salienta as universidades e institutos como públicos-chaves.

Outro documento analisado, a política Amazônia Conectada, teve vigência de 2015 até 2021, e visava expandir a infraestrutura de comunicações e contribuir para as ações do Governo Federal desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) na região amazônica. Portanto, tratava-se de uma política com restrição geográfica e com ênfase em infraestrutura, com destaque para a necessidade de conectar as unidades do Exército Brasileiro na região. A política Amazônia Conectada pretendia também “[...] assegurar eficiência e segurança de conectividade, incentivando e melhorando as atividades de pesquisa e educação” (Brasil, 2015, p. 25). Percebe-se, assim, que não abordava o uso crítico da informação, focando mais em conexão tecnológica.

O Projeto de Implantação e Manutenção das Cidades Digitais, por sua vez, apresenta preocupação com a modernização da gestão e do acesso aos serviços públicos nos municípios brasileiros, mas também contempla “[...] a democratização do acesso à internet; a criação e desenvolvimento de conteúdos; a construção de ambientes de colaboração em redes abertas” (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, 2024, local. 2). Traz o conceito de cidades

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

digitais e enfatiza a importância da criação da perspectiva da cidadania por meio da inclusão digital. Os programas que elencam buscam implantar infraestrutura de conexão entre órgãos e equipamentos públicos locais.

O Programa Novo Mais Educação, por sua vez, é criado com o propósito de melhorar a aprendizagem de crianças e adolescentes, com a ampliação da carga horária de cinco ou 15 horas semanais no turno e contraturno escolar. A essência da preocupação é com a qualidade do aprendizado em língua portuguesa e matemática, destacando os conceitos de alfabetização e ampliação do letramento.

O Programa de Inovação Educação Conectada avança para o diálogo entre “apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na Educação Básica” (Brasil, 2017b, p. 1). Nas estratégias de implementação do programa, complementa-se que a formação deve ser oferecida de forma contínua para professores, gestores e articuladores locais, em cooperação com instituições de ensino superior. O propósito é incluir o componente tecnológico na formação inicial e incentivar o uso de recursos educacionais digitais.

O Programa se propõe também a apoiar o desenvolvimento das competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define as aprendizagens essenciais para a Educação Básica. Percebe-se, então, uma aproximação da política com a educação em informação ao fomentar a expansão das tecnologias não como um fim em si mesmo, mas para a formação crítica, reflexiva, amparada nas competências para informar e comunicar.

O Programa de Inovação Educação Conectada tem vigência até 2024 e é complementado pela Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (ENEC), cujo objetivo é “Universalizar a conectividade para fins pedagógicos em todas as escolas públicas de educação básica do país até 2026” (Brasil, 2023a, slide 2). Entre as competências a serem trabalhadas, mencionam-se as competências digitais dos profissionais da Educação Básica, de modo que sejam capazes de promover práticas pedagógicas inovadoras, adequadas a cada etapa de ensino, para “[...] usar, entender e refletir sobre tecnologia” (Brasil, 2023b, p. 3), além de fomentar a cidadania digital.

A Estratégia Brasileira para a Transformação Digital, por sua vez, procura vincular-se às competências gerais estabelecidas na BNCC: “[...] compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares)” (Brasil, 2017a, p. 51), objetivando a

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

comunicação, o acesso e a disseminação de informações, bem como a produção de conhecimentos e resolução de problemas.

Contudo, quando se observa os caminhos mencionados no documento (promoção do amplo acesso de alunos e professores a recursos didáticos, universalização do acesso à internet, estímulo à autonomia de alunos e professores na adoção de tecnologia para a educação), percebe-se que o foco ainda recai no acesso à tecnologia sem avançar com clareza para a educação em informação.

O documento também contempla o aspecto comunicacional. Embora não se trate de fomento à competência em comunicação, a política menciona elementos comumente ausentes em políticas de informação, mas que são fundamentais às sociedades democráticas: participação social, diálogo, interação, debate.

Por fim, a Estratégia Brasileira de Educação Midiática, lançada em 2023 e com previsão de nova versão para 2024, é a política brasileira que mais dialoga com a educação em informação entre as analisadas neste estudo. O documento aborda diretamente a educação midiática e a formação crítica dos cidadãos em relação ao consumo consciente de informação, algo não contemplado com ênfase nas demais políticas analisadas. A visão explicitada na política é ilustrativa de como aspectos relacionados à informação, à comunicação e ao pensamento crítico se articulam ao longo do documento:

Tornar o Brasil um país de referência na promoção de educação midiática para sua população, contribuindo para a integridade da informação, a liberdade de expressão individual e coletiva, o pensamento crítico e a consciência cidadã, a promoção dos direitos humanos, o enfrentamento às desigualdades, discursos violentos e preconceitos, e a diversidade e pluralidade de vozes no ambiente midiático e informacional (Brasil, 2023d, p. 22).

Assim, evidencia-se que a Estratégia se apresenta mais robusta em relação à informação e à comunicação, diferentemente das demais políticas analisadas, nas quais o foco recai, em geral, em infraestrutura, com enfoque na conectividade. Vale destacar também a abordagem participativa na formulação da política. Conforme destacam Rojas-Estrada, Aguaded e García-Ruiz (2023), é fundamental o envolvimento da população na elaboração e na implantação das políticas públicas para legitimar a tomada de decisões, como também para garantir a continuidade da política e suas ações a longo prazo. No caso da política mencionada, ela emergiu da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e passou por uma consulta pública, que recebeu 418 contribuições. Também há uma parceria direta com o Ministério da Educação e, em função disso, ela está alinhada com a BNCC.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

Até o momento, como meta específica prevista no Plano plurianual 2024-2027 do governo federal (Brasil, 2023c), está a formação em educação midiática de 300 mil profissionais das áreas da educação e da saúde. A política nacional destaca também a importância de materiais didáticos, que agreguem o ensino de competências e habilidades da educação midiática. Além disso, idealiza uma Semana Brasileira de Educação Midiática como evento anual para promover a conscientização sobre o tema; uma Olimpíada contra a Desinformação para promover a leitura crítica da mídia e o desenvolvimento de soluções; e um *Hackathon*⁶ de Combate à Desinformação, por meio de ações de educação científica, midiática e digital.

Entre as diretrizes nacionais, prevê-se a formação continuada de profissionais da educação e multiplicadores (como profissionais das áreas de saúde, assistência social, segurança pública, lideranças comunitárias, atletas, entre outros, em parceria com órgãos públicos, academia e sociedade civil); apoio à criação de disciplinas e/ou qualificação do ensino de educação midiática em cursos de Pedagogia, Comunicação, Biblioteconomia, Licenciaturas e demais áreas afins, incorporando-a aos currículos. Anuncia ainda ações de ensino, pesquisa e extensão, além de projetos, eventos, entre outros. Traz também a necessidade de compromissos com plataformas para transparência, acessibilidade, proteção de direitos e educação midiática dos usuários, além de campanhas educativas.

A Estratégia Brasileira de Educação Midiática adota o conceito de educação midiática, entendendo-o como guarda-chuva para outros conceitos presentes em iniciativas no país. Portanto, dentre as políticas analisadas, esta foi a que contemplou, de forma mais evidente, a preocupação com formações para o público geral em relação ao desenvolvimento de criticidade em relação à informação e à comunicação, assim como ações nacionais em torno da garantia de um ecossistema informacional e midiático saudável e aliado à democracia.

5 CONCLUSÕES

O desenvolvimento de competências em informação e em comunicação requer educação. Como defende Potter (2022), essas competências demandam programas sustentados de ensino e aprendizagem, contemplados e capilarizados por políticas públicas. No Brasil, contudo, as políticas públicas de informação, em geral, enfatizam o conceito de

⁶ Evento que reúne profissionais de diferentes áreas com o intuito de debater sobre temas pertinentes e buscar soluções tecnológicas com foco na inovação.

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

inclusão digital, relacionando-o ao aspecto do acesso à internet de qualidade e com velocidade.

Embora fenômenos como a desinformação exijam esforços maiores e mais coordenados, são poucas as políticas analisadas que avançam para a preocupação com a educação em informação, notadamente: o Programa de Inovação Educação Conectada (Brasil, 2017b) e a Estratégia Brasileira para Transformação Digital (E-Digital) (Brasil, 2018), ainda que de forma tangencial; e a Estratégia Brasileira de Educação Midiática (Brasil, 2023d) de forma mais explícita.

Os resultados mostram que o tema é ainda mais incipiente quando considerados aspectos fundantes da educação em informação, como a abordagem crítica, mas abriu-se uma porta de atuação com a Estratégia Brasileira de Educação Midiática. Esta política foi elaborada a partir de contribuições oriundas de consulta pública, um mecanismo que precisa contar com a participação cada vez maior de profissionais da informação e da comunicação, assim como no monitoramento e avaliação das políticas. A Estratégia mencionada foi aprovada recentemente, mas resta saber se os conceitos propostos se converterão em políticas executadas, avaliadas e com ganhos sociais efetivos.

Outro aspecto a ser ressaltado é que a competência em comunicação aparece apenas tangencialmente nas políticas. Aspectos como interação, diálogo e colaboração são mencionados, mas o foco é, nesta ordem: oferecer conexão à internet e preparar as pessoas para acessar e avaliar conteúdo. No entanto, há de se incluir aspectos comunicativos, porque é na dificuldade de escuta, negociação e pactuação de sentidos que reside uma das grandes fragilidades da sociedade atual, amplamente exemplificada pelos discursos de ódio em redes sociais.

Assim, a inclusão e a valorização da competência em comunicação nas políticas públicas é uma das principais sugestões desta pesquisa. Pessoas que não sabem dialogar não conseguem conviver. Sem convivência não há sociedade civilizada; dito de outra forma, a competência em comunicação está na base de sociedades democráticas, mas nossas políticas ainda se dirigem à infraestrutura ou à formação de pessoas para lidar com conteúdo em detrimento da formação para lidar com o outro.

REFERÊNCIAS

BORGES, J. Competências infocomunicacionais: estrutura conceitual e indicadores de avaliação. **Informação & Sociedade**, [S. l.], v. 28, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/38289>. Acesso em: 19 set. 2024.

BORGES, J.; BRANDÃO, G.; BARROS, S. S. **Educação para a Informação**: como promover competências infocomunicacionais. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. Disponível em: <https://www.pimentacultural.com/livro/educacao-informacao/>. Acesso em: 6 jun. 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017a. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017**. Institui o Programa de Inovação Educação Conectada e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 255, p. 41, 24 nov. 2017b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9204.htm. Acesso em: 14 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997**. Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. Brasília, 16 de julho de 1997, Diário Oficial da União, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9472.htm. Acesso em: 14 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Estratégia Brasileira para a Transformação Digital - E-Digital**. Brasília, DF: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/centrais-de-conteudo/comunicados-mcti/estrategia-digital-brasileira/estrategiadigital.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação; Ministério das Comunicações. **Estratégia Nacional de Escolas Conectadas**. Brasília, DF: MEC; MCom, 2023a. [Apresentação em Power Point]. 19 slides, color. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escolas-conectadas>. Acesso em: 13 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação; Ministério das Comunicações. **Estratégia Nacional de Escolas Conectadas**. Brasília, DF: MEC; MCom, 2023b. [Cartilha]. 12 p., color. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escolas-conectadas>. Acesso em: 13 jun. 2024.

BRASIL. Ministério das Comunicações. **Portaria nº 359, de 2 de agosto de 2012**. Institui o Programa Redes Digitais da Cidadania com o objetivo de desenvolver e coordenar ações que possibilitem qualificar o uso da internet e ampliar as capacidades para uso das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC dos públicos das políticas sociais do Governo Federal, definidas nos Programas Temáticos do PPA 2012-2015. Brasília, DF: Ministério das Comunicações, 2012. Disponível em: <https://repositorio.mctic.gov.br/handle/mctic/1810>. Acesso em: 13 jun. 2024.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Plano plurianual 2024-2027:** mensagem presidencial/Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria Nacional de Planejamento. Brasília: DF. Secretaria Nacional de Planejamento/MPOG, 2023c. 228 p. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/plano-plurianual/paginas/lei-do-ppa>. Acesso em: 11 jun. 2024.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 586, de 22 de julho de 2015.** Institui o Projeto Amazônia Conectada e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF: Ministério da Defesa; Ministério das Comunicações; Ministério da ciência, Tecnologia e Inovação, 23 jul. 2015. Disponível em: https://www.amazoniaconectada.eb.mil.br/images/manuais/DOU_2015_07_Secao_1_pdf_20150723_25_Portaria_Interministerial_Amazonia_Conectada.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **Estratégia Brasileira de Educação Midiática.** Brasília: Secretaria de Políticas Digitais. 2023d. 39 p. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica-apresenta-as-politicas-publicas-voltadas-para-a-populacao/2023_secom-spdigi_estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

BUCKINGHAM, D. **Manifesto pela Educação Midiática.** São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2022.

FALLIS, D. What is disinformation?. **Library Trends**, [S.l.], v. 63, n. 3, p. 401-426, 2015. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/89818/63.3.fallis.pdf?sequence=2>. Acesso em: 15 set. 2024

FRANCO, A. H. C. Políticas públicas de informação: um olhar para o acesso à Internet e para a inclusão digital no cenário brasileiro. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 4, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=465668631004>. Acesso em: 8 jun. 2024.

HOBBS, R. Media literacy foundations. Media Education Lab, 2019. Disponível em: <https://mediaeducationlab.com/sites/default/files/Hobbs%20ML%20Foundations%202019.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2025.

JOLLS, T. The new curricula: how media literacy education transforms teaching and learning. **Journal of Media Literacy Education**, [S.l.], v.7, n.1, p. 65-71, 2015. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1074687.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2024.

MELO, R. R.; BATISTA, G. V. Política de informação no Brasil: um panorama da produção científica na ciência da informação. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, Curitiba, v. 12, p.1-13, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/86681/48962>. Acesso em: 31 maio 2024.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES. **Cidades Digitais.** 2024. Disponível em: https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SETEL/inclusao_digital/Cidades_Inteligentes/paginas/Cidades-Inteligentes.html. Acesso em: 14 jun. 2024.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

MORDUCHOWICZ, R. When Media Education is State Policy. *Comunicar*, v.16, n. 32, p. 131–138, 2009. Disponível em:
<https://www.revistacomunicar.com/ojs/index.php/comunicar/article/view/C32-2009-16>. Acesso em: 5 fev. 2025.

POTTER, J. W. Analysis of definitions of media literacy. *Journal of Media Literacy Education*, v. 14, n. 2, p. 27-43, 2022. Disponível em:
<https://digitalcommons.uri.edu/jmle/vol14/iss2/3/>. Acesso em: 5 fev. 2025.

ROJAS-ESTRADA, E. G; AGUADED, I.; GARCÍA-RUIZ, R. Media and Information Literacy in the Prescribed Curriculum: A Systematic Review on its Integration. *Education and Information Technologies*, v. 29, p. 9445–9472, 2024. Disponível em:
<https://link.springer.com/article/10.1007/s10639-023-12154-0>. Acesso em: 5 fev. 2025.

SÁNCHEZ-REINA, J. R.; GONZÁLEZ-LARA, E. F. The COVID-19 infodemic among young people and adults: The support of critical media literacy. *Comunicar*, [S.l.], v. 30, n. 73, p.1-13, 2022.

SANTOS, R. N. R.; FREIRE, I. M. Sobre Políticas Públicas e Políticas de Informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 15, n. 3, p.131-145, 2020. Disponível em: <https://www.pbcib.com/index.php/pbcib/article/view/55286>. Acesso em: 23 jun. 2024.

SARAIVA, E. Introdução à teoria da política pública. In: SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. (Org.). *Políticas públicas: coletânea*. Brasília: ENAP, 2006. p. 21-42.

SECCHI, L.; COELHO, F. S.; PIRES, V. **Políticas Públicas: Conceitos, Casos Práticos, Questões de Concursos**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2019. Disponível em:
<https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522128976/>. Acesso em: 15 jun. 2024.

VALLE, J.; MANSO, J. Competencias clave como tendencia de la política educativa supranacional de la Unión Europea: Key competences as a trend in the supranational educational policies of the European Union. **Revista de Educación: Ministerio de Educación**, [S.l.], p. 12-33, 2013. Disponível em:
<https://www.educacionfpydeportes.gob.es/dam/jcr:2ed39394-a542-4af1-af2a-2b1d30350f7e/re201301-pdf.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2024.

VALVERDE-BERROCOSO, J.; GONZÁLEZ-FERNÁNDEZ, A.; ACEVEDO-BORREGA, J. Desinformación y multialfabetización: Una revisión sistemática de la literatura. **Comunicar: revista científica iberoamericana de comunicación y educación**, [S.l.], v. 70, p. 97-110, 2022.

WILSON, C.; GRIZZLE, A.; TUAZON, R.; AKYEMPONG, K.; CHEUNG, C.K. **Alfabetización Mediática e informacional: Curriculum para profesores**. [S.l.]: Unesco, 2011. Disponível em:
<https://hdl.handle.net/20.500.12799/4586>. Acesso em: 14 jun. 2024.

Nota: O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (Processo: 311034/2022-5), e da CAPES Brasil.